

## Por mais participação em nossa cidade

Renato Morgado



É coordenador de políticas públicas do Imaflores e membro do Observatório Cidadão de Piracicaba

A sociedade brasileira e a piracicabana em particular têm demandado de forma intensa que as decisões que afetam suas vidas sejam tomadas com mais participação e transparência.

Se, por um lado, parte desse aprofundamento democrático exige uma reforma política, que reestruture diferentes aspectos de nossas instituições, por outro, é possível realizarmos, especialmente no nível local, mudanças significativas, a partir da legislação, dos espaços e dos instrumentos existentes e da criação de novos.

As cidades brasileiras já possuem canais de participação e controle social amplamente difundidos, como as conferências, as audiências públicas, os conselhos municipais e o orçamento participativo. Com funções e formatos distintos, são instrumentos de interação entre a sociedade e o poder público, nos quais é possível debater, apresentar demandas e propostas e, em alguns casos, compartilhar decisões sobre políticas públicas.

Em Piracicaba não é diferente. Contamos com mais de vinte conselhos municipais, as conferências e as audiências são realizadas com frequência e o orçamento participativo é um dos mais antigos do país. Porém, se os instrumentos e os canais existem e são garantidos por lei, é preciso observarmos como funcionam na prática, já que sua existência não implica automaticamente em uma participação real da população nas decisões públicas.

Nesse sentido, o Observatório Cidadão de Piracicaba mantém, desde seu lançamento, no final de 2012, indicadores sobre esses diferentes instrumentos. As análises constataram, por exemplo, que 89% das audiências públicas foram realizadas em horário comercial, o que impede a participação da maior parte das pessoas, que apenas 27% das Conferências tiveram as propostas aprovadas pela população formalmente respondidas pela Prefeitura e que, em relação ao Orçamento Participativo, além da falta de respostas, um estudo piloto sobre as demandas apresentadas pelos moradores do bairro de

Tupi apontou que poucas foram efetivamente implementadas pelo executivo municipal.

São alguns dados que demonstram aspectos que precisam ser aprimorados nesses importantes instrumentos e a limitação da forma como o poder público local organiza e se relaciona com eles atualmente.

Vale citar também as dificuldades impostas para o uso de outros instrumentos, também previstos em Lei como os plebiscitos, os referendos e os projetos de lei de iniciativa popular. Se no nível federal são pouco utilizados, em nível local menos ainda, e mesmo quando a população se mobiliza, como no caso do projeto lei de iniciativa popular referente ao salário dos vereadores, a proposta não é colocada em votação.

Um outro tema de grande importância é a chamada democracia 2.0, ou webdemocracia, que utiliza as diversas possibilidades da internet para proporcionar a participação e o controle social. Já existem exemplos interessantes da relação entre

executivos e legislativos locais com a população por meio da internet, que infelizmente, ainda não são utilizados em nosso município.

Nesse contexto, foi bem-vinda a carta da nova mesa-diretora da Câmara de Vereadores assumindo compromissos com a intensificação da transparência e da participação em suas ações. Foi bem-vindo também o fato do prefeito eleito Gabriel Ferrato ter apresentado compromissos nessa mesma direção durante a campanha eleitoral, em 2012.

O desafio e a expectativa é que esses compromissos se materializem em ações concretas de ampliação do diálogo com a

população e na efetiva participação dessa nos rumos da cidade. Tudo isso passa pelo aprimoramento contínuo dos instrumentos e canais existentes e pela criação de novos. Precisamos construir e implementar essa agenda de intensificação democrática em nossa cidade.

Todos têm contribuições a dar e, na democracia, a participação é um direito fundamental que deve ser exercido. Com isso as decisões tomadas estarão conectadas com os anseios da sociedade e teremos políticas públicas cada vez mais capazes de fornecer melhores serviços e qualidade de vida para toda a população.

